



Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 95.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1994
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khoury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khoury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (52). Achando-se ausente o Sr. Deputado Wilton Servo (01). Achando-se em licença o Sr. Deputado Orlando Pessuti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 123/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual; tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar 15 (quinze) cargos de médico, padrão/classe

VO1, em 15 (quinze) cargos de médico plantonista, padrão/classe PO1, no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do Paraná - ISEPR, e estabelece outras providências.

A medida ora proposta, originária de solicitação do Secretário de Estado da Saúde, foi devidamente analisada pela Secretaria de Estado da Administração e por órgãos técnicos da Casa Civil, que se manifestaram favoravelmente à mesma, por ter sido considerada justa e oportuna, tendo em vista que procura dar tratamento equânime aos médicos que prestam serviços no Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE. Ocorre que tal sistema é atendido por vinte e seis médicos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Estado, cedidos pela Secretaria de Estado da Saúde, destes, quinze são detentores do cargo de médico e onze, de médico plantonista. Embora ocupantes de cargos diferentes, todos desempenham as mesmas funções, no atendimento a emergências da Região Metropolitana de Curitiba, uma vez que atuam em regime de plantão, mantido por 24 (vinte e quatro) horas, diariamente.

Cabe esclarecer que os médicos plantonistas desempenham 08 (oito) plantões mensais de doze horas, totalizando 96 horas mensais, enquanto que a jornada de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de médico é de 20 horas semanais, perfazendo 80 horas mensais. Apesar de exercerem funções idênticas, conforme já afirmado, e participarem do mesmo regime de plantão, a aludida diferença de carga horária vem lhes causando significativa redução salarial em relação aos demais. Tal situação deve-se ao fato de que a época em que estes foram nomeados, não havia vagas disponíveis no cargo de médico plantonista.

Diante do exposto e com vistas a corrigir a distorção apontada é que venho a formular a presente medida, informando, ainda, que o custo mensal para dar suprimento à mesma é de R\$ 3.037,05 (três mil, trinta e sete reais e cinco centavos), incluída a contribuição previdenciária.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam transformados 15 (quinze) cargos de médico, padrão/classe VO1, em 15 (quinze) cargos de médico plantonista, padrão/classe PO1, no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do

Paraná - ISEPR.

Art. 2º - Ficam enquadrados no cargo de médico plantonista, de que trata o art. 1º desta lei, os atuais ocupantes do cargo de médico que prestam serviços no Sistema Integrado de Atendimento a Emergências - SIATE.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 124/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Paulo Becker, o imóvel constituído do Lote n° 41, da gleba 03, parte 2 da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 136,4098 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área a seu legítimo ocupante.

Por enquanto, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.224.755-9/92, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 125/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, au-

torize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Joel José Portugal Berardi, Clotevina Aparecida Portugal Berardi e João Vicente Portugal Berardi, o lote n° 04 do Imóvel Borboletinha "B", no Município de Pitanga, com área de 110.5938 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.724.430-2/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 126/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Renato Buzignani, o Lote n° 05, do imóvel denominado Campina dos Freitas, no Município de Pitanga, com área de 277,0287 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área a seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, atra-

vês de expediente protocolado sob n° 1.900.485-6/94-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 127/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Paulo de Carvalho, o Lote n° 98, do Imóvel denominado Cascata, situado no Município de Pitanga, com área de 112,7521 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área a seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.635.749-9/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 128/94

Curitiba, 25.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de

que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Eloir Eurick, o imóvel constituído do lote n° 09, da gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 119,7923 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área a seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.635.741-3/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudos de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 129/94

Curitiba, 25.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edelvino José Centofante e Luiz Antonio Centofante, o lote n° 64, do Imóvel Cascata, no Município de Pitanga, com área de 132,2766 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Curitiba, quarta, em 26.10.94

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.724.428-0/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado em exercício
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 130/94

Curitiba, 25.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Korki e Stefano Korki, o lote nº 20, do Imóvel Campina dos Freitas, no Município de Pitanga, com área de 100,4264 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº..... 1.724.427-2/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado em exercício
À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o nº 184/94, do Senhor Lívio William Reis de Carvalho - Secretário de Planejamento Estratégico da Presidência da República, informando a assinatura, em 06.09.94, do Termo de Convênio nº 05/94, no valor de R\$ 87.037,82 (oitenta e sete mil, trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), celebrado entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e o Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, a celebração desse convênio decorre da implementação do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, coordenado pela SAE-PR, cujo objetivo é a ordenação do Território Nacional.

Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação para o Projeto de Lei nº 219/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2º do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação da Proposição de Veto nº 038/94, aposto ao Projeto de Lei nº 033/94, de autoria do Deputado Renato Adur.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em bloco dos vetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Doutor João Átila Ro-

cha, ocorrido em 05/10 do corrente. Trata-se de pessoa muito conhecida e admirada em nosso Estado. Desde o ano de 1940 prestou serviços na Santa Casa de Misericórdia e a partir de 1953 foi nomeado Chefe do Serviço de Urologia da mesma.

Nascido em 08/02/1917, sempre dedicou-se aos estudos e no ano de 1939 formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná. Atuou como Professor Catedrático de Clínica e Urologia na U. F. PR. desde 1955, transmitindo seus vastos conhecimentos a inúmeros acadêmicos.

Digno de admiração pela sua conduta de ser humano e profissional que sempre demonstrou, foi homenageado com o Título de Vulto Emérito da Cidade de Curitiba pela Câmara Municipal e Oficial da Ordem Nacional de Mérito Médico, o qual foi concedido pelo Presidente da República no ano de 1988. Além desses títulos, muitas outras homenagens recebeu. Era uma pessoa bem querida pelos familiares, amigos, alunos, pacientes e conhecidos, deixando muitas saudades. Deixou viúva a Senhora Maria Aparecida Almeida Rocha e cinco filhos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

Entendemos meritório este registro e esta Casa deve manifestar-se, através deste voto de pesar, como forma de agradecer o Professor Doutor João Átila Rocha pelos esforços que dedicou em prol do bem comum!

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2386

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Domingos Postiglione.

Pessoa estimada e de várias amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, à família enlutada, sito à Rua Paula Xavier, 706, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2387

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Mauro José Mazurek.

O Senhor Mauro, era um bom profissional na área da medicina. Era também uma pessoa muito estimada e de muitas amizades.

Requer ainda, que a decisão desta Ca-

sa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Santana, 695, apto. 06 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2382

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo voto de congratulações à Professora Lorena Koslowski, por haver obtido o grau máximo na defesa de tese de doutorado em Ciências da Linguagem, na Université de La Sorbonne, Paris III, França.

Que do teor do presente dê-se ciência, também, ao magnífico Reitor do PUC-PR.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sob o Título Percepção Auditiva-Visual da Fala: um estudo em adultos com surdez profunda adquirida, portadores de implante coclear, a Professora Lorena Koslowski, do Departamento de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, obteve o grau máximo na defesa de tese de doutoramento na conceituada Universidade de Sorbonne, em Paris.

Segundo os membros da banca examinadora, a professora inovou na abordagem interdisciplinar, deixando uma contribuição significativa, principalmente na área da psicolinguística, o que justificou seu título de Doutora em Ciências da Linguagem e constitui-se em motivo de júbilo por parte deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 2388

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido votos de congratulações a Cidade de Ponta Grossa por ter conquistado o tetra campeonato nos Jogos Abertos do Paraná versão 1994.

Ao conquistar o tetra campeonato dos Jogos Abertos do Paraná, Ponta Grossa se impõe como a maior força do esporte amador estadual, competindo em casa e garantindo larga margem de pontos sobre Londrina, que ficou com a segunda posição.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Secretaria de Esportes, aos dirigentes do 37° JAP's, aos técnicos e aos atletas, à Rua Visconde de Taunay, 950 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta sessão, voto de louvor e congratulações e muito aplauso ao empresário do setor turístico, Dr. João Jacob Mehl, que mantém e administra a Estância Hidromineral Dorizon, no Município de Malet.

Trata-se de um exemplar equipamento turístico, que incrementa e desenvolve as potencialidades turísticas de nosso Estado. Centro de lazer genuinamente paranaense, é conduzido de maneira eficiente, gerando empregos, impostos e lazer a uma região importante do Estado, além de propiciar uma agradável opção de entretenimento a todos nós. Precisamos de empresários assim, que a despeito da crise e dos problemas sócio-econômicos do País, continuam a acreditar no pleno desenvolvimento da nossa pátria.

Esta Casa deve se manifestar enaltecendo o fato.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem, respeitosamente, REQUERER a aplicação do § 2° do art. 135 do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre os pedidos de informações formulados aos secretários estaduais: da Fazenda, em 04/05/94, Ofício DA/CEA/SC/1028/94; da Educação, em 10/08/94, Ofícios DA/CEA/SC/2024 e 2025/94; da Administração, em 21/09/94, Ofício DA/CEA/SC/3063/94; do Meio Ambiente, em 22/09/94, Ofício DA/CEA/SC/3011/94 e ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, em 15/08/94, Ofício DA/CEA/SC/2026/94.

Segundo Vossa Excelência pode verificar pelas cópias inclusas, os ofícios supra aludidos não foram respondidos no prazo legal e constitucional, ou seja em trinta dias. Assim, pelo próprio respeito ao Legislativo, que no seu papel fiscalizador solicitou informações ao Executivo e por este não foi atendido, cumpre a Vossa Excelência, como representante desta Casa de Leis, aplicar a norma em vigor, com a correspondente sanção.

Do contrário, a omissão representará uma afronta ao Estado de Direito Democrático e ao Legislativo, cujo poder será maculado pelo descaso e desrespeito, conforme tratamento até aqui dispensado pelo Executivo.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de 50 (cinquenta) módulos sanitários no Município de Peabiru.

A presente solicitação, visa proporcionar maior atendimento à população na área de saúde.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de quadra poliesportiva no Município de Corumbataí do Sul.

A presente solicitação visa oferecer aos jovens do Município um local apropriado para a prática de esportes.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2380

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná solicitando a intervenção do Estado nas negociações entre a Empresa Le Havre Construções Ltda e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, uma vez que o Departamento Estadual de Obras, Manutenção e Construção está administrando a reforma no Colégio Militar e os trabalhadores estão apresentando uma série de irregularidades no local.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento se faz necessário pelo fato de a Empresa não ter cumprido o acordo entre o Sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério do Exército e Empresa.

Os trabalhadores denunciaram junto ao Sindicato as más condições de trabalho e várias irregularidades que está acontecendo na empresa, como: não fornece adiantamento, vale-transporte pela metade, sonega a

hora trabalhada, não tem relógio-ponto, e etc.

REQUERIMENTO N° 2383

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua Tereza Darif n° 351 - Pilarzinho. O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, uma vez que no local é difícil fazer fossa e o esgoto das residências é jogado num terreno vago, causando dessa forma, muitos transtornos a todos.

Pedem os moradores que o pedido seja atendido uma vez que a situação está se tornando mais crítica a cada dia que passa.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, no sentido de encaminhar expediente à Telecomunicações do Paraná S/A., referente a um pedido de instalação de telefone público no Mini Mercado Ladislau, localizado à Rua Vereador Aureliano M. Gonçalves n° 04. Segue anexo croqui do local onde deverá ser instalado o aparelho. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que neste local será construída uma cabina em alvenaria com chave e que ficará à disposição dos usuários a qualquer hora do dia ou da noite.

Informam eles que o telefone mais próximo está instalado em lugar inadequado para uso, pois encontra-se no interior de uma mercearia e bar, sendo que em certos momentos senhoras e moças ficam inibidas de entrar no estabelecimento, e mais, durante a noite ninguém pode utilizá-lo.

Pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível pois será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Sr. Roberto L. Blasi, solicitando o asfaltamento da PR-090 (Rodovia do Cerne) e da PR-340, Rodovia Castrolândia-Socovão-Turvo, bem como a construção de uma trin-

cheira no Bairro de Brotas em Piraí do Sul.

A realização destas obras são de interesse comum de todos os paranaenses que por ali transitam, enfrentam dificuldades com a atual situação da rodovia.

Quanto a construção da trincheira é outra obra que merece muita atenção, pois vários acidentes ocorreram ali pelo fato de que pedestres cruzam a estrada correndo o risco de serem atropeladas.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Educação solicitando a construção de novas salas de aula em Ponta Grossa.

Dados estatísticos afirmam que Ponta Grossa necessita de cerca de 250 novas salas de aula, para poder comportar cerca de 10 mil alunos, que hoje encontram-se em condições precárias de estudos.

Esperamos empenho por parte da Secretaria no sentido de que sejam construídas novas salas de aula, para que a partir de 95 a condição de ensino de Ponta Grossa e possivelmente de todo o Paraná venha a ser melhorada.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Rolf K. Junior, solicitando viaturas policiais, para a 5ª Companhia da Polícia Rodoviária Estadual, bem como funcionários, médicos e viatura para o IML de Ponta Grossa.

O carro mais novo da 5ª Companhia tem mais de 8 anos de uso, e a grande maioria das viaturas tem uma média de 10 anos. Alguns veículos estão longe do que deve ser um veículo para o trabalho de policiamento nas estradas.

Quanto ao IML de Ponta Grossa, o mesmo não se encontra em boas condições, pois além de possuir poucos funcionários, haver falta de médico legista e de viaturas, o órgão atende mais de 20 municípios de toda a região.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 48/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

"Começa na foz do arroio do Areião, no Rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no Rio Tibagi, sobe por este até o Lageado da Cotia, pela qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do Rio Pitangui e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo à referida estação, daí desce o referido afluente até sua foz no Rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitangui, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Carambei, localizado no Município de Castro, vivencia uma significativa fase de desenvolvimento econômico, contribuindo assim para um crescimento da região.

A comunidade deseja a criação do novo município. Daí nossa intenção de ir de encontro ao sentimento reinante na referida região, apresentando o presente Projeto.

Contamos com a aprovação dos nobres Pares.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 361/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Ouro Verde, com sede e foro na Cidade de Sengés, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente da Associação de Moradores de Ouro Verde, Senhor DERCILIO RIBAS DE SOUZA, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade, à frente da presidência da Instituição o que endossa portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Entidade. Desta forma, encami-

nha-se então, o respectivo projeto de lei.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e de solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum e de atendimento comunitário, constituindo numa fonte de desenvolvimento social, no entanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face o exposto, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Instituição em pauta, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PP.

(Declina).

PT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA' - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A empresa LEABRE Construções Ltda., que executa a reforma do antigo Colégio Militar e que foi tratada pelo DECOM para fazer este trabalho, tem hoje os seus trabalhadores paralisados devido as péssimas condições de trabalho que têm enfrentado.

Tal empresa não tem cumprido, como manda, o acordo de trabalho feito entre o SINDISCOM e o Sindicato dos Trabalhadores e da construção civil.

Esta empresa não tem deixado com que o sindicato cumpra o seu papel fiscalizador das condições de trabalho. Em função disso, os dirigentes de Sindicato da Construção Civil do Estado do Paraná pediu à Secretaria de Estado da Saúde para que, através do Serviço de Vigilância Sanitária, fizesse uma vistoria na obra e foi feita tal vistoria e lavrado um auto de infração, entre as quais citarei algumas das irregularidades constantes como:

- não dispor de chuveiros quentes para os trabalhadores;
- não dispor de refeitório e nem de local adequado para aquecimento da marmita dos trabalhadores daquela obra;
- não dispor de equipamentos de proteção individual e foi constatado, especificamente, a falta de cinto de segurança, fazendo com que a obra fosse interdita da, suspensas suas reformas, porque os trabalhadores corriam riscos de vida ao

executar tal trabalho;

- a serra circular usada não apresenta proteção do disco de corte, predispondo os trabalhadores a acidentes.

E, como agravante, a obra não dispõe do técnico de segurança do trabalho.

Isto que, aparentemente, parece coisa simples, se formos analisar no âmbito de todos os problemas de saúde do trabalhador do nosso País, vamos verificar que o índice de morte, dentro do ambiente de trabalho, tem aumentado nos últimos anos. E que, nos últimos dez anos, morreram mais trabalhadores de acidentes de trabalho no nosso País do que soldados americanos na guerra do Vietnã.

25% de todos os acidentes de trabalho ocorrido no nosso Estado, diz respeito à construção civil devido às precárias condições e à falta de segurança nos ambientes.

Desta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, cobramos do DECOM que faça com que essa empresa que presta serviço ao Governo do Estado cumpra as normas de segurança do trabalho, para que possam aqueles trabalhadores não correrem risco de vida.

Por isso que hoje, inclusive, apresentamos um requerimento pedindo para que o DECOM faça esse tipo de fiscalização. E pedimos dos Senhores Deputados a aprovação. Este pedido que teve já os autos de infrações lavrados pela Secretaria de Estado da Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária e que essa empresa se nega a cumprir.

Portanto cabe uma intervenção do Governo do Estado pedindo para que isso seja cumprido. Até porque os contratos e a própria CLT, através das suas normas regulamentadoras, diz que se o ambiente for agressivo à saúde do trabalhador, ele pode se negar a prestar aquele serviço. E os contratos geralmente estabelecidos entre Poder Público e o setor privado, estabelecem que a legislação deve ser cumprida.

E, neste caso, as normas regulamentadoras do trabalho não estão sendo cumpridas, tanto é que já foram lavrados autos de infração.

Neste sentido que em nome do PT pedimos o apoio dos Senhores Deputados a este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças do PTB concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Só quero fazer uma cobrança.

No dia 22 de junho passado, foi aprovado um requerimento meu e anexado a esse requerimento, um parecer em separado que

eu exarei na Comissão de Tomada de Contas, para reprovar as contas do governo relativas a 1992.

Naquela ocasião a Comissão de Tomada de Contas suspendeu a aprovação ou reprovação das contas do governo relativas a 92, para que nós remetêssemos - via Assembleia, um requerimento do Tribunal de Contas com uma série de quesitos para esclarecimento da Casa. Estranhamente, até hoje, o Tribunal de Contas não remeteu a este Deputado a resposta ao requerimento.

Então, apenas uso da palavra para reiterar que a Mesa cobre do Tribunal de Contas e que respeite a legislação no que concerne ao atendimento a esta Casa Legislativa. É um problema muito sério nas contas do governo. O meu voto em separado tem mais de vinte páginas, foi minucioso e, infelizmente, não tenho tido resposta do Tribunal de Contas. Peço a Vossa Excelência para que reitere e, inclusive, encaminhe a Vossa Excelência cópia do requerimento para que, antes do recesso parlamentar, o Tribunal nos explique porque orientou a Casa a aprovar contas totalmente irregulares do governo durante o ano de 1992.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa tomará as providências necessárias junto ao Tribunal de Contas.

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 219/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado; passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 219/94, de autoria do Deputado Anibal

Khury, que institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. n° 76, de 14.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 219/94

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo instituir normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a opinar, somos de parecer favorável à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 219/94

P A R E C E R:

O presente projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade instituir normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo".

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito da Comissão de Finanças não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para discutir) - Sr.

Presidente, esta Liderança fez coro com os demais Deputados com relação ao requerimento de autoria do Deputado Anibal Khury pedindo preferência de votação. Mas não poderia, no momento em que a matéria é colocada em discussão e votação em primeira discussão, deixar de manifestar aqui a sua posição com relação a esta matéria. Como todos têm conhecimento trata-se de uma matéria extremamente polêmica, de uma matéria discutível tendo em vista os últimos acontecimentos que o Paraná conheceu com relação a esta questão de bingos, de sorteios.

Portanto, a Liderança do Governo ela volta favoravelmente nesta primeira discussão, mas quer deixar bem claro à Casa e ao nobre autor da matéria, Deputado Anibal Khury, com quem pretendo pessoalmente conversar a respeito do assunto para que a Casa possa num segundo momento devidamente informada votar a matéria porque é um as-

sunto interessante, porém polêmico, é um assunto, reafirmo, interessante, porém bastante complexo e não podemos de maneira alguma estarmos aqui a votar matérias dessa complexidade sem uma análise mais aprofundada.

Portanto, esta é a posição da Liderança do Governo e gostaria de externá-la publicamente ao Plenário e ao nobre autor, já que não tive oportunidade, porque dela tomei conhecimento somente na hora de emitir a minha opinião a respeito.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Sr.

Presidente, da mesma forma este Parlamentar não se sente a vontade ainda para discutir esta matéria, para votar neste projeto de lei, porque é uma matéria bastante complexa, como já disse o Deputado José Tavares. Estamos agora já com a implantação da Lei Zico no País que concede algumas liberdades para a implantação de jogos da espécie bingo. Já temos em Curitiba a instalação de um bingo que está localizado no bairro do Taboão, que funciona diariamente e que não se sabe ainda a legalidade desse tipo de casa de diversão em Curitiba.

Preocupa-me bastante e por esta razão quero dizer que não votarei neste projeto, ausentar-me-ei do Plenário para que possa em segunda discussão poder discutir com maior profundidade as normas, mesmo porque não tivemos tempo suficiente.

O Projeto entrou hoje na Ordem do Dia e além do que, Sr. Presidente, gostaria de solicitar à Mesa e farei um requerimento na sessão de amanhã para que o projeto também passe pela Comissão de Segurança Pública, porque ao que consta na Ordem do Dia o projeto passou apenas por duas Comissões e não passou pela Comissão de Segurança Pública e é fundamental que passe por essa Comissão que tem a grande responsabilidade, porque até este projeto vir a ferir a lei, uma lei federal, pode criar problemas seriíssimos na área da segurança pública e gostaria então, Sr. Presidente, de me ausentar no momento dessa votação e solicitar para que esse projeto em segunda discussão passe pela Comissão de Segurança Pública.

O SR. ANIBAL KHURY (Para discutir) - Ouvi os dois pronunciamentos, do Deputado Tavares e do Deputado Algaci Túlio.

Esta lei visa regulamentar no Estado a Lei Zico, a Lei n° 8.672. Ela foi apresentada em junho, se não me falha a memória, teve o parecer da Comissão de Justiça e Finanças. Parece-me que a Comissão de Segurança Pública, data vênha o Deputado Algaci Túlio, não tem nada com isto.

Ela não se refere a segurança pública. Ela é exclusivamente uma lei que regula-

menta o jogo do bingo no Estado do Paraná. Aliás o Governo do Estado há pouco tempo baixou um Decreto regulamentando, cujo Decreto, parece-me que não é legal porque não foi aprovado pela Assembléia. Ela tão somente regulamenta a Lei Zico, estabelece normas, e entendo que essa lei não precisa absolutamente ir para a Comissão de Segurança.

Para quem não leu esta lei ela foi publicada e aprovada por duas Comissões. Hoje tem que se louvar simplesmente na constitucionalidade, o Deputado Tavares foi bem. Agora, ouvir a Comissão de Finanças, o projeto está em Regime de Urgência, o Deputado Algaci Túlio vai ter tempo de estudar essa lei, ela está publicada hoje na Ordem do Dia e amanhã poderá dar a sua opinião. Lamento que ele se ausente na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos vetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Com a palavra Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Quero destacar Senhor Presidente, para votação do item número 01, da pauta. Estou encaminhando requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o requerimento do Deputado Renato Adur, constante do expediente referente a colocar em destaque o item 01 da pauta.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Renato Adur, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Esclarecemos aos Senhores Deputados que os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, serão votados em bloco e os Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão sim; os contrários à manutenção do veto deverão manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão não.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas, se Vossa Excelência permite, para informar sobretudo à Bancada de apoio ao Governo, que se trata de vetos e a orientação da Liderança é para votar sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrada a informação de Vossa Exce-

lência.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon, a chamada dos Senhores Parlamentares para votação do item número 01.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 033/94, de autoria do Deputado Renato Adur, da criação da CIRETRAN, no Município de São Mateus do Sul, conforme especifica. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 065/94

Curitiba, 09.05.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 073/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 033/94, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul, com abrangência a São João do Triunfo e Antônio Olinto.

O não acolhimento ao questionado plano de lei decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, uma vez que, para a efetivação de tal medida, seria imprescindível sua previsão na Lei dos Meios, o que não ocorre, vindo, desta forma, desatender os ditames do art. 135, inciso I, da Constituição do Estado, que veda o início de programas ou projetos, sem prévia inclusão na lei orçamentária anual. Não bastasse, o projeto ainda peca, no que tange ao seu aspecto constitucional, pela iniciativa, sendo esta privativa do Governador do Estado quando se trata de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, conforme preceitua o art. 66, inciso IV, da mesma Carta.

Cabe também esclarecer, com base em informações do Departamento de Trânsito, e da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, que implantação de CIRETRANS está sujeita a manifestação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, cujo órgão vem se posicionando contrariamente à instalação de ditas Circunscrições, até que seja definido o Sistema Nacional de Trânsito, com a aprovação do Código de Trânsito, ora em apreciação pelo Congresso Nacional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 033/94, encontra-se publicado no D.A. n° 07/94, de 23.02.94)

O SR. 1° SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação do item 01).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Votaram trinta e cinco Senhores Deputados. Convoco os Senhores Deputados Toti Colação, Lourenço Fregonese e Ritti, para comporem a comissão escrutinadora.

Vinte Senhores Deputados votaram pela manutenção do Veto; quatorze Senhores Deputados pela rejeição e um voto em branco. **Está rejeitado o projeto e mantido o Veto.**

Solicito ao Senhor Deputado 1° Secretário, Júlio Bifon que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para votarem em Bloco os vetos constantes dos itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 045/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 065/94, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que disciplina a fiscalização dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT n° 140/94

Curitiba, 06.06.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 112/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 065/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo incumbir o Poder Executivo das tarefas de fiscalização, quanto ao cumprimento das normas técnicas de segurança de operação, dos sistemas público e privado de armazenagem e silagem de produtos agrícolas no território paranaense, bem como da aplicação de sanções administrativas, cumulativamente com multas, nos valores que especifica, aos infratores de ditas normas.

Ainda que pese a preocupação do autor quanto à segurança operacional que deve existir nos silos e armazéns, não houve como dar acolhimento ao presente plano de lei pela maneira vaga e genérica em que

trata da matéria, eis que não define quais as normas técnicas de segurança, nem os aspectos jurídicos a serem observados, nem tampouco, o órgão executor da medida, deixando esta, aliás, ao encargo do Poder Executivo. Cabe aqui esclarecer que, segundo informações da Secretaria de Estado da Agricultura, através da CODAPAR, existem milhares de armazéns e silos no Estado, que teriam que ser fiscalizados periodicamente, e há de se convir que a Administração não dispõe, evidentemente, de recursos humanos disponíveis para a execução de tal tarefa. Outra questão considerada foi referente à instituição de multas, variáveis entre 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UFIRs, não justificando qual a base de cálculo, ou os critérios adotados para o estabelecimento de tais parâmetros. Deve-se ressaltar, também, pelo que se tem notícia, que dentro de, no máximo, trinta dias, com o advento da nova moeda, a maioria dos indexadores econômicos deverão ser expurgados da economia. Nestas condições, não se sabe qual o destino que as adotadas Unidades Fiscais de Referência terão, se forem extintas, como é a tendência, a pretendida lei tornar-se-ia inócua e de impossível aplicabilidade.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 65/94 encontra-se publicado no D.A. n° 17/94, de 14.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 045/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei n° 065/94, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que disciplina a fiscalização dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas, e dá outras providências.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 047/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri,

que institui o Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE nas Rodovias Estaduais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT N° 235/93

Curitiba, 03.08.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 116/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 371/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque o mesmo, pela forma ampla e genérica como está redigido, não apresenta as necessárias condições de exequibilidade e, ainda, por configurar aspectos de inconstitucionalidade, eis que demandaria recursos financeiros não suportáveis pelas atuais dotações orçamentárias.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 371/92, encontra-se publicado no D.A. n° 168/92, de 24.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 047/93

P A R E C E R:

A Proposição n° 047/93, veto aposto ao Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE nas Rodovias Estaduais.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 051/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 041/93, que objetiva acrescentar ao Artigo 58, da Lei n° 10.219 de 21.12.92, o Inciso VIII e do § 4°, com redação conforme específica. (Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM

CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO

OFÍCIO/DTL/SAT N° 161/94

Curitiba, 13.06.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 145/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 401/93, que visa alterar o art. 58, da Lei n° 10.219/92. Tal medida, embora tenha sido proposta pelo Poder Executivo, através da Mensagem n° 041/93, não mereceu acolhimento por total falta de objeto, tendo em vista que o dispositivo, cuja alteração era pretendida, foi revogado pela Lei n° 10.464, de 05 de outubro de 1993.

Essa a razão que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 401/93, Mens. n° 41/93, encontra-se publicado no D.A. n° 10/93, de 16/08/93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 051/94

P A R E C E R:

Em Mensagem Governamental n° 401/93, o Poder Executivo vetou através da Proposição n° 051/94, Ofício DTL/SAT/161/94, o Projeto de Lei n° 401/93, que embora fosse de iniciativa do Governo do Estado, deixou de ter acolhimento por falta total do objeto, em face da revogação da Lei n° 10.464.

Tal proposta analisada por esta douta Comissão de Constituição e Justiça entende em emitir parecer favorável ao veto, acolhendo tal propositura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 057/94, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 101/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT n° 228/94

Curitiba, 21.07.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 167/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 101/94, por julgá-lo inconstitucional pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a regular o Depósito Legal de Publicações, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual no Estado do Paraná e possibilitar a preservação e a divulgação da memória bibliográfica paranaense e da cultura regional, estabelecendo sanções aos infratores da pretendida norma.

Embora louvável a preocupação dos nobres Deputados Renato Guimarães Adur e Luiz Henrique Bona Turra, autores do projeto de lei em questão, em preservar a memória bibliográfica paranaense, o mesmo não pôde merecer sanção, inicialmente, por ferir os direitos autorais, que são constitucionalmente protegidos pelo art. 5º, inciso XXVII, da Magna Carta, que assim expressa: "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras...", logo, somente ao autor cabe decidir sobre a destinação de sua produção literária, assim, a condição imposta na pretendida lei, sem a menor sombra de dúvida, afronta a referida norma constitucional.

Cabe ainda, ressaltar que o Estado não tem poderes para gerar tal tipo de obrigação, bem como sanções a empresas privadas, que descumprirem a pretendida norma, o que, de certo modo, também caracterizaria uma forma de violação aos direitos autorais, principalmente em relação às publicações provenientes do estrangeiro que trouxerem indicações do editor ou vendedor domiciliado no Estado do Paraná, conforme dispõe o art. 3º, do questionado plano.

Com relação ao Decreto nº 15.645, de 07 de agosto de 1964, norma vigente disciplinadora da matéria, cuja revogação é pretendida, apenas regulamenta o envio à Biblioteca Pública do Paraná de obras editadas, ou de edições subvencionadas por órgãos públicos do Estado, e não por entidades privadas.

Porém, o veto aqui apostado não inviabiliza a pretensão dos ilustres autores, uma vez que estudos sobre a matéria vêm sendo realizados por órgãos técnicos da Administração e assim que concluídas e superadas as impropriedades apontadas, tal medida poderá ser reapresentada sob a forma de mensagem governamental.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, resti-

tuo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 101/94, encontra-se publicado no D.A. nº 30/94, de 29.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 057/94

P A R E C E R:

A Proposição nº 057/94 traz veto apostado ao Projeto de Lei nº 101/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 164/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Gratificação Especial correspondente a 50% dos seus vencimentos aos servidores públicos do Estado do Paraná, lotados ao Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/DTL/SAT nº 230/94

Curitiba, 21.07.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 184/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 164/94, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir uma gratificação especial, correspondente a 50% dos seus vencimentos, aos servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral, ou múltiplas deficiências, lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

Embora relevante a preocupação do autor, nobre Deputado Domingos Faustino de Carvalho, o questionado plano de lei não pôde ser acolhido face a sua flagrante

inconstitucionalidade, por tratar de matéria cujo início do processo legislativo é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, conforme preceituado no art. 66, incisos I e II da Constituição Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 164/94 encontra-se publicado no D.A. n° 56/94, de 11.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 062/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei n° 164/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% dos seus vencimentos aos servidores públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 085/94, Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 050/94, que altera dispositivos da Lei n° 7051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da coordenação da Receita do Estado, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 240/94

Curitiba, 31.08.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 227/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 214/94, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo, dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei n°

7051, de 04 de dezembro de 1978 (Lei da estrutura, organização e do quadro de pessoal da Coordenação da Receita do Estado), tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições contidas no art. 3° e seu parágrafo único.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos, decorre da indiscutível inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, por serem originários de Emenda dessa augusta Assembléia Legislativa, ferem os mandamentos constantes do art. 68, inciso I, da Constituição Estadual, os quais vedam apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos cujo início do processo legislativo seja de competência do Governador. Vale assinalar que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo através da Mensagem n° 50/94, de 06 de junho de 1994, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 66, inciso II, da Carta Estadual, e que, por isso, não poderia sofrer a supracitada emenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 214/94 encontra-se publicado no D.A. n° 76/94, de 14.06.94, Mensagem n° 50/94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 85/94

VETO AO PROJETO DE LEI N° 214/94

P A R E C E R:

A presente proposição veta parcialmente o Projeto de Lei n° 214/94, de autoria do Poder Executivo e que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, verificamos que a mesma encontra-se dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. 1° SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Trinta e seis Senhores Deputados votaram. So-

licito uma comissão formada pelos Senhores Deputados Toti Colaço, Lourenço Fregonese e José Arthur Ritti, para escrutínio dos votos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Só gostaria de anunciar a presença em Plenário do Deputado eleito e atual Vereador de Medianeira, Irineu Colombo, que visita nossa Casa hoje, e que será um componente da próxima legislatura pela Bancada do PT, e que nos honra com sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrada a presença do Deputado Colombo. É uma satisfação tê-lo conosco na próxima legislatura.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Senhor José Mendes de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrada, Deputado.

(É feita a apuração dos votos).

Pela manutenção do veto, vinte e um Senhores Deputados.

"NÃO", quatorze.

"Em branco", um.

Ficam mantidos os vetos do Senhor Governador do Estado.

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 421/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que regulamenta o artigo 38 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (débitos previdenciários para com o IPE). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de n°s 02, 03 e 04, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02, AO PROJETO DE LEI N° 421/92

O parágrafo primeiro do art. 1° da proposição em epígrafe, passa a ter a seguinte redação:

§ 1° - Para efetuar o levantamento do montante do débito será formada, dentro de 30 (trinta) dias, uma Comissão composta por 7 (sete) membros, todos com direito a voto, inclusive para escolha do presidente da Comissão, assim indicados:

Pelos Chefes dos Poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário: um representante de cada Poder;

Pelos Sindicatos dos Servidores Públicos de cada um dos Poderes: um representante de cada Poder;

Pelo Procurador Geral da Justiça: um representante.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig e Paulo Maia.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 03:

Substitua-se ao final do art. 4° da proposição em tela, a expressão "ao Fundo de Previdência do Estado", pela:

"para a previdência dos servidores".

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig e Paulo Maia.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 04.

Suprima-se do art. 4° do Projeto de Lei n° 421/92 o seu parágrafo único.

Sala das Sessões, em 26.10.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig e Paulo Maia.

O Projeto retornará às Comissões.

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/92, de autoria da Deputada Lygia Puppato, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento nos casos de aborto no código penal, pelo Sistema Único de Saúde, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 147/92 de 21.10.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 295/92

P A R E C E R:

A nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa atender os casos de aborto previstos no Código Penal Brasileiro, através do Sistema Único de Saúde.

Em sessão desta Comissão, realizada em 24 de novembro de 1992, esta Relatora solicitou diligência à Secretaria de Estado da Saúde para que informasse esta Casa de Leis sobre a presente proposta.

Diversas correspondências foram encaminhadas à Secretaria, cópias em anexo, mas até a presente data não houve resposta.

Apesar dos incansáveis pedidos de resposta, de toda ordem, a Secretaria não mostrou-se sensível ao solicitado, deixan-

do-nos sem informações sobre a viabilidade do Projeto.

Cabe-nos então a análise constitucional e regimental, que entendemos, mereça parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 295/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria da Deputada Lygia Pupatto, dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento nos casos de aborto no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, conforme especifica.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, na qual foi relatora a Deputada Emilia Belinati, teve sua aprovação.

Esta Comissão de Saúde, no tocante ao mérito - o qual lhe cabe opinar - ao analisar as razões para a propositura de tal projeto pela sua autora, entende que é de inegável justiça e urgente medida a implantação dos dispositivos nele contidos.

Mesmo sem haver estatísticas confiáveis do número de abortos realizados clandestinamente em nosso País da questão moral e mesmo religiosa que envolve o problema, não podemos fechar os olhos à realidade gritante frente à questão.

O que pretende a autora é permitir às mulheres legalmente amparadas tenham atendimento digno e amparo na Rede Pública Hospitalar.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n° 295/92.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 745/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Arlindo Alberto Lamb. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 174/93, de 08.12.93)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 745/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade conceder título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Arlindo Alberto Lamb.

Analisando sob o aspecto constitucional legal e regimental, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada

que possa obstar a normal tramitação da proposição em tela.

Assim sendo nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 049/94, que acresce ao Art. 144, § 2°, da Lei n° 1943, de 23 de junho de 1954, a alínea "E" (Código da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 76, de 14.06.94 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 213/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 049/94, o Projeto de Lei n° 213/94, tem por finalidade acrescentar ao art. 144, § 2°, da Lei n° 1.943, de 23 de junho de 1954, a alínea "E" (Código da Polícia Militar do Paraná).

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 213/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 213/94, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade acrescentar ao Artigo 144, § 2°, da Lei n° 1.943, de 23 de junho de 1954, a alínea "E" (Código da Polícia Militar do Paraná).

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a mesa Requerimentos n°s 2377 e 2378, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 2379, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado. À Dire-**

Curitiba, quarta, em 26.10.94

toria Legislativa.

Requerimento n° 2380, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2382, de autoria do Senhor Deputado Algadi Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2383 a 2385, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2381, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Requerimentos n°s 2386 a 2391, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, na semana passada, entreguei à Mesa da Casa uma fita para que fosse degravada pela Taquigrafia e encaminhado o inteiro teor - que é uma entrevista do ex-Governador Roberto Requião - às Lideranças Partidárias. Gostaria de saber se a Mesa já tem em mãos a degravação da fita e se já providenciou o encaminhamento às Lideranças Partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Darei a resposta a Vossa Excelência na sessão de amanhã. Tomarei as providências hoje e amanhã transmitirei a todos as providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 291/92, 745 e 213/93.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 261/94.

Levanta-se a sessão.